



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 1**

---

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
FREIXO DE ESPADA À CINTA, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE  
DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.**

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Ligares, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal deste Concelho, sob a Presidência do Senhor António Augusto Guerra Nunes dos Reis, coadjuvado pelos Senhores Manuel Augusto Frade, Primeiro Secretário e Ana Isabel Chiote Lopes Vargas, Segunda Secretária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM – Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

-----**DOIS – Período da Ordem do Dia.**-----

----- **DOIS PONTO UM – Aprovação da ata da sessão anterior;** -----

----- **DOIS PONTO DOIS - Apreciação da Atividade Municipal e Situação Financeira;**-----

----- **DOIS PONTO TRÊS - Informação de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de dezembro de dois mil e quinze – Ratificação;**-----

----- **DOIS PONTO QUATRO - Informação sobre acompanhamento do Programa I do PAEL e Reequilíbrio Financeiro a 23 de novembro de 2016 – Tomada de Conhecimento;**-----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 2**

----- **DOIS PONTO CINCO - Informação nos termos do n.º 1 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Alerta precoce de desvios – Tomada de conhecimento;-----**

----- **DOIS PONTO SEIS - Documento de permissão genérica de despesa a autorizar pela Assembleia Municipal a vigorar em 2017 – Discussão – Votação; -----**

----- **DOIS PONTO SETE - Orçamento Municipal – Exercício de 2017 – Proposta – Discussão – Votação; -----**

----- **DOIS PONTO OITO - Alteração ao Quadro de Pessoal – Proposta – Discussão – Votação; -----**

----- **DOIS PONTO NOVE - Autorização para alargamento da área de recrutamento a pessoal não detentor de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 4 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, Auxiliar de Serviços Gerais do Pessoal não Docente – Proposta – Discussão – Votação; -----**

----- **DOIS PONTO DEZ - Aditamento ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Freixo de Espada à Cinta – Proposta – Discussão – Votação; -----**

----- **DOIS PONTO ONZE - Alteração do regulamento da organização dos serviços municipais – Enquadramento legal DL n.º 305/2009, de 23 de outubro e ulteriores alterações – Proposta – Discussão – Votação; -----**

----- **DOIS PONTO DOZE - Constituição da Empresa Águas do Interior-Norte EM, SA – Proposta de deliberação – Discussão – Votação; -----**

----- **DOIS PONTO TREZE - Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de um Técnico Superior (Licenciatura em Arquitetura) – Autorização para recrutamento excecional – Proposta – Discussão – Votação; -----**



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 3**

**----- DOIS PONTO CATORZE - Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de um Técnico Superior (Licenciatura em Geografia e Planeamento) – Autorização para recrutamento excecional – Proposta – Discussão – Votação; -----**

----- Efetuada a chamada, verificou-se que não estavam presentes os membros Senhora Sofia Lorete Pintado Pires Manso e Mário João Massa de Andrade. -----

----- Verificada a existência de quórum, pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi declarada aberta a sessão, eram vinte horas e quarenta e cinco minutos, passando-se, de imediato, ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

**UM – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- O Período de Antes da Ordem do Dia iniciou-se com a leitura do seguinte expediente:-----

----- Ofício da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta solicitando o agendamento de assuntos para a presente sessão; -----

----- Ofício da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta sobre a carta do Município Manuel Luís Galas Pinto; -----

----- Missiva do Município Manuel Luís Galas Pinto sobre um requerimento apresentado à Câmara Municipal; -----

----- Ofício da Associação nacional de Municípios Portugueses sobre os 40 anos de poder local democrático; -----

----- Pedido de renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal da Senhora Ana Luísa Silva Peleira; -----

----- Ofício da Câmara Municipal de Bragança sobre “Tomada de Posição relativa à Portaria n.º 357/2015 de 14 de outubro”; -----

----- Ofício da Câmara Municipal de Bragança sobre “Taxas de servidão agrícola a partir de estradas nacionais e regionais”; -----

----- E mail do Instituto Nacional de Estatística sobre “Retorno de informação personalizada dos Municípios – Município de Freixo de Espada à Cinta”; -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 4**

----- Convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta para o Dia do Bombeiro de Freixo 2016. -----  
-----: Em virtude do pedido de suspensão de mandato do Deputado Senhor António Augusto Afonso, Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que o Senhor Manuel Frade o substituísse como Primeiro Secretário tendo o mesmo aceite após a anuência de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu:-----

----- “É a segunda vez que reunimos fora da Sede de Concelho. Penso, pela experiência anterior da realização em Lagoaça, que esta iniciativa de descentralizar a realização das Assembleias e permitir, obviamente, a quem está interessado dentro das Freguesias de se familiarizar com o funcionamento da Assembleia Municipal, que é o local onde, por excelência, os Municípios podem fazer ouvir a sua voz, quer através dos representantes eleitos quer eles próprios através de um período reservado, em cada Assembleia, para o público e o que acontecerá no final desta reunião. -----

----- Quero também referir qual a minha atividade enquanto Presidente da Assembleia Municipal em representação da Assembleia Municipal, Já o disse, embora noutra contexto, que estive presente na Convenção dos 40 anos do Poder Local que foi, digamos, um misto de intervenções sobre o Poder Local e depois uma parte cultural que teve a presença na parte da manhã do Senhor Primeiro-Ministro e, depois, na parte da tarde do Senhor Presidente da República. -----

----- Foi uma realização conjunta entre a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, em que se discutiram os problemas do Poder Local. Posso afirmar que foi uma Convenção interessante e penso também que, para uma melhor informação, poderá ser consultada documentação. O ponto forte da Convenção foi uma mesa redonda moderada pelo jornalista, Diretor do Diário de Notícias e Ex Diretor da TSF Paulo Baldaia, em que juntou vários Presidentes de Câmara, um Presidente da Assembleia Municipal e dois Presidentes das Juntas de Freguesia em que se discutiram alguns aspetos importantes do Poder Local, em função das questões que o jornalista Paulo Baldaia e a própria assistência iam colocando aos vários intervenientes. -----

----- As intervenções, essas sim, quer do início quer do encerramento, julgo que essas, eventualmente, estarão disponíveis no *site* da Associação Nacional de



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 5

Municípios Portugueses para que alguém que esteja interessado as possa consultar”. -----

-----Quero ainda referir que, como será do v/conhecimento, a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Luísa Peleira renunciou ao seu mandato. A este propósito, gostaria de vos dar conta do *mail* que tive oportunidade, após receber o seu pedido de renúncia, de enviar à Sr<sup>a</sup> Deputada:-----

*“Recebi a sua carta de renúncia ao mandato como deputada da Assembleia Municipal.*

*Não me cabe a mim avaliar da justeza das razões que a levaram a tal e, muito menos, julgá-las.*

*Não quero e não posso, no entanto, deixar de lamentar o sucedido, porque, não o duvide, a nossa AM muito perde com a sua falta.*

*A sua presença e as suas intervenções, lúcidas e autênticas, muito contribuíram para elevar a qualidade que se quer numa Assembleia representativa dos diferentes interesses dos munícipes que a elegeram.*

*As diferentes opiniões, ainda que muitas vezes o não pareça, acrescentam, de facto valor à instituição.*

*Deixe-me, por isso, reafirmar o meu lamento pela sua saída, mas, ao mesmo tempo, desejar um rápido regresso às lides políticas, porque Freixo merece-o e bem precisa.”*

Renovando o meu apreço por tudo o que a Senhora Deputada deu a esta Assembleia, aproveito a oportunidade para saudar a entrada em funções do novo Deputado Senhor Acácio Teixeira, a quem desejo a melhor das sortes e de quem todos esperamos bons contributos para elevar o prestígio desta Casa.-----

----- Solicitou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ligares, Ademar Bento que referiu: “É com imenso prazer que assisto à primeira reunião da Assembleia em Ligares. -----

----- Concordei desde logo com a ideia de que as reuniões da Assembleia Municipal fossem feitas pelo menos uma vez em cada Freguesia. -----

----- No ano em que comemoramos os 40 Anos do Poder Local acho uma boa forma de homenagear a Democracia. -----

----- Quando este nasceu, o Poder Local, toda a gente falou muito nas Freguesias, dizia-se, na altura, que eram o pilar central da Democracia apoiado pelo Poder Local. -----

----- Todos os partidos, todos os políticos falaram muito nisso porém, na minha opinião e como residente numa Freguesia, não me levem a mal eu dizer isso,



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 6**

apenas falam nas Freguesias na altura das campanhas depois e infelizmente vai tudo para o esquecimento e se não reparem: É a primeira vez que um ou os Deputados de qualquer partido, não estamos a falar de partido nenhum, de qualquer partido da Assembleia Municipal, que eu saiba vem à nossa Freguesia.

----- Com as responsabilidades políticas que todos nós temos acho que deviam vir, e repito, todos, mais vezes para assim se puderem inteirar das dificuldades e das necessidades quês as Freguesias têm. -----

----- As Freguesias estão, sem dúvida alguma, a precisar de mais vida e por isso é que eu digo, acho que deviam pensar nisto porque na verdade, na minha opinião também, sem Freguesias também não há Concelhos. -----

----- Neste momento também quero aproveitar para desejar a todos umas Boas Festas com muita paz e saúde a todos os que hoje nos visitam assim como ao excelentíssimo público que nos acompanha”. -----

----- Solicitou de seguida o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Quero congratular também, como já foi apanágio da minha parte na última Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia pela iniciativa que teve de trazer as Assembleias às Freguesias que, como acabou de referir o Senhor Presidente da Junta de Ligares as Freguesias não se resumem só a Freixo de Espada à Cinta Concelho, Concelho são as Freguesias todas e ainda bem que aqui estamos e não só em altura de campanha para debatermos os problemas que existem no nosso Concelho e ai sim o local próprio para chegarmos a algum consenso. -----

----- Seguido a ordem de raciocínio do colega Deputado e Presidente da Junta, Ademar Bento, congratulo-me com os 40 anos do Poder Local que foi em 12 de dezembro de 1976 que se deram as primeiras eleições, é bom que assim seja, foi a grande alavanca e o motor deste País dar a posse ao Poder Local e haver Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais que são a voz ativa, independentemente de qualquer partido são a voz ativa dos Municípes e dos Cidadãos para com as suas dificuldades se não, ainda mais no interior estaríamos se assim não fosse e esperamos que daqui a quarenta anos mais possam vir e possamos comemorar em vez de quarenta sejam oitenta, um bem-haja ao Poder Local. -----

----- Passando agora à Assembleia propriamente dita, gostaria de colocar aqui algumas questões ao Executivo. -----

----- Uma delas prende-se e já referi aqui em anteriores Assembleias, se já tem alguma resolução para os semáforos junto à EB1. Já em duas Assembleia anteriores em que eu perguntei o que é que iam fazer em relação a isso, se iam tirá-los, se iam ativá-los ou não. São semáforos importantíssimos porque há



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 7**

trânsito bastante fluido na altura de escola, há crianças que passam lá e correm esse perigo e se, porventura, torno a sugerir, como na altura tinha dito, se for a ideia de retirar os semáforos que retirassem então um estacionamento em frente à ourivesaria Pompílio para permitir visibilidade aos carros porque por vezes torna-se difícil ver para ceder passagem para quem vem e para quem vai e mais para as crianças, ainda não aconteceu nenhuma tragédia e espero que não venha a acontecer, gostaria de saber se a Senhora Presidente já tem alguma informação em relação a isso, para já é só”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Em relação ao assunto que me colocou, eu tenho falado com os Técnicos do Município para vermos e a opinião é que devem ser tirados, ainda não o fizeram porque ainda não teriam tido tempo, há muita coisa para fazer mas, a intenção é essa porque a opinião deles também vai nesse sentido, portanto tirar e também já tomei nota e tirar-se-á também aquele estacionamento e ficará com menos um lugar”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra ao membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Congratulo-me porque finalmente há uma decisão, quero referir que esta situação eu já a referi no início do período do ano escolar, estamos no fim do primeiro período e o que é certo é que ainda não foi feito nada, sinceramente acho que já tiveram tempo para o fazer e não será assim tão difícil e dar essa solução mas, estaremos cá, no fim do segundo período para ver se realmente já foi restabelecido ou não. -----

----- Aproveitando também uma vez que estou a falar gostaria de interpelar, não tem diretamente a ver com isso mas, se me sabe dar alguma informação sobre isso que é sobre o concerto da Banda que está na Agenda Municipal no dia 24 de dezembro às nove da noite, eu não sei se isso foi um erro ou se realmente é mesmo para acontecer, diretamente não tem nada a ver mas se me sabe dar alguma informação sobre isso”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “O que aconteceu foi que o concerto de Natal da Banda não tinha dia marcado e quando fizeram a agenda puseram-no na mesma página em que havia qualquer coisa nesse dia 24, então quem fez a montagem colocou o dia vinte e quatro no dia do concerto quando não havia ainda dia para o concerto. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 8**

----- Isso penso que já foi retificado porque se falou com a Banda e o concerto o Maestro pediu para ser um concerto de Ano Novo, não ser feito antes do Natal mas sim depois do Ano Novo, acho que aponta para o dia 14 de janeiro mas, isso foi um lapso ao fazerem a agenda, como estava na página 24 puseram-no aí mas não tinham data se quer para isso”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “Eu vinha aqui perguntar ao Executivo de que circula um boato em Freixo de que vai haver uma festa de Fim de Ano feita pelo Executivo, isso é verdade, não é?” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Não é boato! Chamei algumas pessoas para pedir a opinião e há muito tempo que acho que a Vila não tem nada, há muita gente que fica em casa, porque nem toda a gente pode pagar nem sai de Freixo e a intenção seria para essas pessoas ter música para as pessoas se puderem juntar, em vez de ficarem em casa, poderem-se juntar, ter lá um champanhe e um bolo-rei e há meia-noite as pessoas estarem por ali e divertirem-se um pouco para não ficarem em casa”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “Sabe que ao fazer isso pode estragar o negócio local”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Não vai haver negócio nenhum ali, portanto, o negócio local não vai sofrer nada”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “Outra situação, houve um concurso para um bar da Congida, afinal qual foi o bar que foi a concurso?” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “O bar que foi a concurso é o bar junto ao rio mas, logo quando foi a concurso foi visto pelo pessoal da Câmara de que o bar precisa de manutenção, o telhado e tudo isso precisa de manutenção, não está em condições. -----

----- Agora, uma vez que havia problemas dentro do bar com a chuva, aquilo não estava bem, então a Senhora fez uma carta e pediu para ver se podia mudar para o



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 9**

de cima, entretanto, depois do início do ano a Câmara terá que fazer a manutenção do telhado para depois voltar a passar para o de baixo. Não estando em condições e nós sabíamos que não estava e que isso teria que ser feito foi o que se fez”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “E isso é legal, mudar de um lado para o outro”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “E qual é o problema? -----

----- Não é correto que a pessoa esteja a pagar e nós já sabíamos que íamos ter que fazer a manutenção”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “Eu não estou contra a pessoa, que fique claro. -----

----- E em relação à luz do bar da Congida, tem um quadro de obras ou já tem um contador próprio?” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “A Congida neste momento já não está em obras porque tivemos que tratar disso, era um dos sítios que tinha luz de obras. Eram as Moradias, era o edifício, a piscina municipal tem luz de obras e vai ser muito difícil regularizar a situação e dezasseis casas no Bairro Social também com luz de obras que também temos que andar a resolver o problema às pessoas”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “Mas quem tem até agora suportado a luz é o Senhor do bar ou é a Câmara Municipal?” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “A luz é a cargo do Senhor do bar”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “A fatura vem em nome dele ou em nome da Câmara?” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Não sei se já mudaram mas isso é uma questão que tem que se ver na contabilidade”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 10**

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “E das moradias, vem em nome da Câmara ou vem em nome do Senhor?”

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Vem em nome do Senhor que alugou. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “Há outra coisa também que lhe queria perguntar que é sobre os horários dos bares, a questão do regulamento? -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “O regulamento há-de vir à Assembleia. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Vou começar a minha intervenção agradecendo o contributo da nossa colega Ana Luísa Peleira nesta Assembleia. Como disse o Senhor Presidente teve um forte contributo nesta Assembleia. -----

----- Seguidamente quero dar as boas vindas ao Deputado Acácio Teixeira e espero que a sua presença aqui seja enriquecedora para esta Assembleia e para ele próprio. -----

----- Quero dar os parabéns à Senhora Presidente por ir representar Freixo e Portugal no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa. -----

----- Para terminar, relativamente ainda à nossa colega Ana Luísa Peleira vou-vos ler aqui um *mail* que ela enviou no dia 17 de junho de 2016 relativamente à questão do Regulamento do Conselho de Segurança que esta Assembleia ficou de fazer e que até há data pelos vistos nada foi feito, então eu vou ler o mail da Senhora Ana Luísa Peleira para o Senhor Deputado Miguel Gata, para a Senhora Deputada Lita Vargas e o Senhor Deputado Nuno Ferreira que são, portanto, as pessoas que ficaram designadas para tratar do dito Regulamento, e diz então a Ana Luísa. -----

**Muito boa tarde a todos**

**Recebi a convocatória para a próxima reunião da Assembleia Municipal e fiquei preocupada uma vez que, se não estou em erro teríamos que apresentar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança para aprovação nesta sessão de junho.**



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 11

Confesso que ainda não me tinha debruçado na sua análise e agora que o fiz não há muito para acrescentar, apenas precisamos de 20 pessoas idóneas para lá colocar, bem como decidir qual o número de Presidentes de Junta e quais para incluir no Conselho, número de minutos concedidos para cada intervenção, identificação dos responsáveis pelas Associações económicas, patronais e sindicais e ainda quais os organismos de assistência social com intervenção na área do Município com identificação dos respetivos responsáveis.

Não me importo de ser eu a compilar as sugestões num documento próprio que depois vos enviarei terminado mas peço-vos que sugiram nomes para podermos começar a tratar disso.

Não sei se ainda assim teremos tempo para enviar o documento com a antecedência necessária para a análise de todos os Deputados, Mesa da Assembleia e Executivo.

Vão dizendo alguma coisa, beijo e abraços

----- Segundo o que me transmitiu a Ana Luía houve uma única pessoa a responder por este meio que foi o Deputado Miguel Gata, tendo o Deputado Nuno Ferreira falado com ela pessoalmente na dita Assembleia de junho que se deu posteriormente ao envio deste *mail*, onde ficaram de conversar por altura da Festa, se não me engano mas que até há data nada foi feito. -----

----- Portanto, o que eu tenho a dizer é que, simplesmente isto torna-se um bocadinho, eu nem sei bem que termo usar mas a mim pessoalmente envergonha-me um bocado e portanto, quando o Senhor Nuno Ferreira falou dos semáforos que avisou no início do primeiro período letivo, também aqui se fala disto já quase há um ano e até à data, tendo apenas que definir 20 nomes, até à data nada. -----

----- Portanto, acho que nos devemos debruçar sobre isto e dar o exemplo, não devemos só criticar e quando nos pedem para fazer alguma coisa falharmos à primeira tentativa. -----

----- Isto deve sair, deve ser feito e tenho muita pena que a Ana Luísa tenha saído, se tenha debruçado sobre isto e tenha sido trabalho perdido mas, espero que o trabalho dela tenha valido de alguma coisa. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 12**

----- Quero dizer também ao Senhor Presidente que neste sentido teremos que substituir a Ana Luísa por outra pessoa para estar na dita comissão de trabalho e neste caso eu não me importo de ocupar o lugar da Ana Luísa, é só”. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Pedia ao Membros que foram encarregados dessa missão se têm alguma coisa a dizer, Já percebi que o Senhor Nuno Ferreira queria falar, depois os outros se assim o entenderem”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra ao membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Dar as boas vindas ao Senhor Acácio, de facto a Ana Luísa é uma perda enorme para esta Assembleia porque foi sempre uma pessoa que foi coerente com aquilo que disse, com aquilo que afirmou e sempre teve uma postura educada e com contributos válidos para esta Assembleia. -----

----- Em relação a esta Comissão de Trabalho e a este projeto, em resposta ao Deputado Ivo, vergonha eu não tenho vergonha de nada até porque aqui há bocado pela sua Presidente disse que já há algum tempo também que estavam para ver, um erro não justifica o outro, agora o que é facto e há uma coisa que eu tenho é memória é que eu nessa mesma Assembleia que falei com a Ana Luísa tive o cuidado de falar antes com o Senhor Presidente da Assembleia que me alertou disso mesmo, se já nos tínhamos reunido para fazer essa comissão, para andarmos com isso para a frente e se ainda iria a tempo desta Assembleia e aquilo que eu sugeri ao Senhor Presidente da Assembleia e está aí, se eu estiver a mentir esteja à vontade para me corrigir, eu disse, uma vez que eu não tenho o número da Ana Luísa e para não estar com *mail* para a frente *mail* para trás, a Ana Luísa vem à Assembleia uma vez que já não vai dar tempo para ir a esta Assembleia e falarei com ela e coordenaremos entre todos quando é que reuniremos para fazer isso. ----

----- Eu por mim falo, não vou falar pelos outros, falámos com a Ana Luísa, e como referiu aí, ficaríamos de nos juntar na altura da festa, não foi propício a isso e o que é facto é que isso foi passando e sinceramente passou-me. -----

----- É importante, é, agora de vergonha há coisas muito mais importantes para resolver do que esta questão embora que quando se assume um compromisso levamos até ao fim, como também quando houve a comissão da toponímia também se trabalhou e fez-se nesse sentido tudo, por isso não queira dar lições de moral onde não existe moralidade para a dar”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 13**

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Eu só queria mesmo pedir e agradecia que a Assembleia tratasse do assunto porque a Câmara, a jurista já foi questionada se já tínhamos isso constituído e ainda não está, façam-no o mais depressa possível”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Miguel Gata que referiu: “Eu queria começar por deixar aqui umas palavras iniciais no sentido de me associar àquela evocação que foi feita aqui pela Bancada do Partido Socialista em relação aos 40 Anos do Poder Local. -----

----- Queria também louvar as palavras do meu colega de bancada Ivo Quintas em relação à Deputada Ana Luísa Peleira pelo seu contributo que foi dado a esta Assembleia Municipal e dar as boas vindas ao Deputado Acácio. -----

----- No fundo sobre este assunto aqui o que eu posso acrescentar é que, a minha disponibilidade, uma vez que trabalho em Bragança é normalmente aos fins-de-semana, estou disponível, já o disse mais vezes, não todos os fins-de-semana mas na maior parte dos fins-de-semana eu estou em Freixo, tenho todo o gosto de me reunir com os meus colegas Deputados em qualquer momento que eles queiram combinar, se não for nessa semana é na semana seguinte e, portanto, eu como estou fora de Freixo a trabalhar terei alguma dificuldade nesse aspeto mas, também se for necessário que a pessoa esteja permanentemente em Freixo também disponibilizo o meu lugar para qualquer outro Deputado que me queira substituir nas funções. -----

----- Se pretenderem que eu continue para dar o meu contributo nesta Comissão de Trabalho terei todo o gosto é uma questão de ajustarmos os *timings* para o fazer. -----

----- Recordo-me dessa resposta que falou à pouco o Deputado Ivo Quintas que foi a resposta que eu também partilhei com a Ana Luísa por e-mail e dei conhecimento aos restantes membros e queria só então aqui acrescentar mais um ou dois aspetos que aproveito para introduzir na ordem do dia se for oportuno Senhor Presidente. -----

**DOIS - ORDEM DO DIA**

**----- DOIS PONTO UM – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----**



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 14**

----- Sobre este ponto da ordem do dia solicitou a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação à ata da sessão anterior eu queria prestar algumas declarações, nomeadamente no ponto que foi referido em relação à Rua 25 de Abril, quando eu interpelei a Senhora Presidente sobre o que é que se iria fazer, podia não ter sido com estas palavras mas, mais ou menos foi isto, o que é que iria fazer na Rua 25 de abril e a Senhora Presidente respondeu que iria ser para desfazer lombas e retificar passeios e também o Deputado Ivo Quintas interpelou a Senhora Presidente sobre o haver período de carência na obra se ainda estava ou não e o que é facto é que não consta aqui na ata essas declarações e gostaria que estivessem pois foi falado e não vem aqui”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu: “Se julgo saber, se bem me lembro, essas declarações deveria constar no ponto dois ponto dois, apreciação da atividade municipal é isso. -----

----- Nós temos um problema que é o seguinte, realmente isto não consta da ata, sobre este ponto dois ponto dois a ata limita-se a dizer que a Assembleia Municipal tomou conhecimento das informações sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos do que preceitua a alínea c) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Nós teremos que retificar isto para que conste da ata, Por razões que são óbvias e na falta do nosso habitual colaborador, Senhor Victor Rentes, não temos a hipótese de retificar a ata neste momento. Portanto eu proponha que, aliás, à semelhança do que já aconteceu uma vez, de que ficasse adiada a aprovação da ata para a próxima sessão”. -----

**----- DOIS PONTO DOIS – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL  
E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. -----**

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das informações sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos do que preceitua a alínea c) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 15**

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação à atividade municipal e relativamente ao ponto três que é sobre a pavimentação na Rua 25 de abril, eu queria questionar a Senhora Presidente sobre aquilo que se passou nessa mesma rua, uma vez que na anterior Assembleia frisou que aquilo que iria lá ser feito era só desfazer as lombas e pôr os passeios ao mesmo nível. O que se pode constatar no dia de hoje é que não foi só isso que foi feito, além de se ter destruído aquilo que estava feito, das lombas e não eram assim tão grandes as lombas eram mediante os passeios, se não vai ter que desfazer todos os passeios da Vila de Freixo porque são altos. -----

----- Em relação a essa rua foi destruído o passeio e na anterior Assembleia, quando eu a questionei sobre isso a Senhora Presidente afirmou, e daí eu citar que aquilo devia estar na ata, que era apenas só para desfazer lombas e compor passeios. O que foi feito agora foi destruir os passeios que estavam lá e do lado direito dessa mesma rua pôs estacionamento do início até ao fim da rua e não foi isso que disse na altura, omitiu isso, deveria ter dito, se estava com essas ideias deveria ter dito logo na altura e ninguém ficava surpreso com aquilo que aconteceu. -----

----- O segundo ponto é que aquela rua é prioritária à Unidade de Cuidados Continuados e ao Centro de Saúde, os estacionamento ali, daquele lado, Deus queira que nunca boicotem nenhuma ambulância que esteja em urgência. -----

----- Depois em relação a essa rua também foi levantado aqui há umas sessões atrás pela Deputada Márcia Frade sobre o estacionamento que existe nessa mesma rua do parque de estacionamento e a Senhora Presidente na altura deu a resposta que iriam ver de que forma é que iriam legislar o próprio parque de estacionamento, o que é certo é que até há data esse parque está ao abandono, não tem regras nem disciplina, aliás parece mais uma garagem de condomínio privado, aí não lhe ponho a culpa a si, em relação à garagem, cada um deve saber o que deve fazer com esse parque, o que eu culpabilizo em parte, sendo a Câmara a entidade gestora do parque deveria ter lá posto normas e responsabilizar esse mesmo parque a nível de utilização quer dos moradores dessa mesma rua, terem normas e também para os outros moradores, era isso que deveria ter feito em relação a esse parque, eu gostaria de saber porque é que ainda não foi feito isso. –

----- Em relação a essa mesma rua o porquê de na anterior sessão ter dito o que é que ia lá fazer, acho que teria sido mais razoável e coerente ter dito isso e não havia nenhuma surpresa daquilo que aconteceu nessa mesma rua”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 16**

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “ Para já não foi surpresa nenhuma porque aquilo estava previsto e foi por isso que se fez a obra, baixar os passeios para que as pessoas não caíssem e arranjar estacionamentos porque foi o que foi sempre pedido pelos moradores daquela rua, que houvesse ali estacionamentos, aliás está aqui uma Senhora que mora naquela rua e há mais e vamos perguntar a essas pessoas se fizeram o pedido ou não para que houvesse estacionamentos e hoje o que é que pensam, se estão zangados comigo porque se fizeram os estacionamentos, não estão de certeza absoluta. -----

----- Em relação ao parque de estacionamento, precisa de um regulamento mas, estarmos a fazer um regulamento agora em que não podemos pôr nada a cobrar porque ainda não passaram os cinco anos, fazemos um regulamento e daqui a uns tempos temos que estar a mexer no regulamento para pôr as pessoas a pagar, porque se não, não pomos ordem naquele parque de estacionamento, se não for a pagar mas, os cinco anos ainda não passaram e a candidatura foi feita sem estudo de viabilidade económico-financeira o que implica que não se possa fazer cobrança naquele parque, assim como no Museu da Seda não se podem cobrar entradas, é a mesma coisa, durante cinco anos. Assim que for possível lá vem o regulamento”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Aquilo que disse na anterior Assembleia, nunca falou em momento algum sobre o estacionamento que ia ser feito nessa mesma rua, nunca disse”. -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Por acaso na altura não me veio à ideia, depois lembrei-me e até comentei, olha eu não disse que ia haver estacionamentos mas, acho que também a mexer isso era mais que certo que ia ser feito porque foi um pedido das pessoas, desde que aqueles passeios foram mal feitos”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Tem tanto passeio para fazer, para mexer e por arranjar em Freixo onde podia lá gastar o dinheiro, porque esse dinheiro pelo que sei foi suportado pela Câmara, não foi nenhuma obra, tem tanto para fazer noutros passeios que se calhar necessitam mais. -----

----- Aquilo que a Senhora disse na anterior Assembleia foi que era para tirar lombas e não para fazer estacionamentos de uma ponta à outra e mesmo em



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 17**

relação ao parque faça-me um favor, o parque de estacionamento também convém ser limpo de vez em quando e pôr ordem naquele parque, independentemente dos cinco anos ou não, porque se não por essa ordem de ideias não se faz nada naquele parque de estacionamento que ali existe, essa é que é a verdade das coisas e já agora o desperdiçarem a água, estar quatro dias a água ligada a correr na rua. -----  
----- Em relação àquela rua, aquilo que eu torno aqui a frisar é que deve dizer à Assembleia aquilo que vai fazer que é para não sermos apanhados de surpresa e há mais passeios em Freixo, torno-lhe a lembrar, que podem ser compostos e devem ser compostos. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Rui Portela que referiu: “Em relação àquela rua em congratulo a Senhora Presidente e o Executivo por terem feito os estacionamentos por uma questão muito simples. A rua se repararem era muito estreita, eu sei de pessoas que foram lá multadas, eu fui um deles, em serviço dos CTT, eu não posso estacionar nem em cima dos passeios nem pôr a carrinha no meio da rua para descarregar as encomendas, naquela rua só cabe um carro, se eu o puser em cima do passeio sou multado, se o deixar no meio da rua sou multado porque estou a impedir o trânsito, eu fui multado, conheço mais duas pessoas que foram lá multadas. -----

----- Eu acho muito bem, não quer dizer fazer estacionamentos por ali a cima, acho muito bem porque ficaram melhor os estacionamentos feitos com aquele recorte, como já foram feitos noutras alturas e noutros sítios do que o traço branco em cima do passeio, eu agora vou descarregar as minhas encomendas, minhas não dos clientes e não sou multado por causa disso e posso descarregar à vontade. -----  
----- É claro que se estiver o estacionamento ocupado vou ter que estacionar em segunda fila mas então assim se estacionar toda a gente não há solução mas, pelo menos ali sei que posso chegar pôr a carrinha e sair descansado”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Relativamente à questão levantada pelo Senhor Nuno Ferreira eu só gostava de colocar uma questão ao Senhor Deputado, uma questão não, até nem é bem uma questão. -----

----- Gostava de perceber é que tipo de regulamento é que o Senhor tem em mente sem que se faça cobrança do parque propriamente dito, ou seja, sem fazer cobrança que tipo de regulamento tem em mente para regular os tais casos de estacionamento abusivo, que tipo de medidas tem em mente para resolver esse problema”. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 18**

---

----- Usou de seguida da palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação a isso não sou eu que estou no Executivo para coordenar o regulamento do Município, se um dia por ventura puder lá estar saberei o que fazer, neste momento não sou eu que estou no Executivo. Por isso é que existe o Executivo, existe uma Câmara que tem a obrigação de legislar aquilo, essa é que é a realidade”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhora Márcia Frade que referiu: “Suponho que exista alguém dentro do Município que tem que ver aquilo, se aquilo tem luz, se alguém está a impedir a passagem se não está, acho que deve existir alguém, como nos outros sítios do Município que tem que ir lá de vez em quando ver o que é que se passa com aquilo, penso eu e acho que isso não existe porque nunca vi lá ninguém, já houve imenso tempo que esteve sem luz, esteve completamente às escuras, neste momento já tem mas, acho que falta um bocadinho de manutenção. -----

----- Em relação a regulamentação já percebi que não se pode fazer, ou terá que se fazer novamente depois, se calhar também partia por aí, da própria pessoa que vai lá ver, a Câmara, por exemplo, notificar carros que não tenham seguro, etc. ----

----- Em relação aos estacionamento que estão na rua, acho muito bem, é uma rua que tem bastante comércio local e que necessita de parques de estacionamento, permanentes ou não permanentes mas necessitava”. -----

----- Usou de seguida da palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Qui fique clara uma questão, eu não estou contra o estacionamento”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ricardo Madeira que referiu: “Em relação ao estacionamento na Avenida 25 de Abril, eu também estou de acordo com o estacionamento, só não estou de acordo foi com aquilo que falou o Deputado Rui Portela, agora chega lá, para a carrinha e vai dar o correio mas, se os moradores estacionarem lá os carros todos, como disse que beneficiava ali os moradores, não eram os moradores que deviam beneficiar era o comércio local e as entidades, a Caixa Geral de Depósitos, durante o dia deveria colocar lá que era proibido estacionar durante mais que quinze minutos e das oito da noite às oito da manhã estacionar à vontade e durante o dia seria para poder ir tomar um café, poder ir à Caixa, porque se não, os moradores já eles ocupam o parque de



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 19**

estacionamento e agora vão passar a ocupar também esses estacionamentos e estão lá todo o dia estacionados. -----  
----- Se a Senhora Presidente disse-se assim, proibido estacionar além de quinze minutos e a partir das oito da noite às oito da manhã estacionar à vontade, é uma ideia”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Carlos Novais que referiu: “Depois de ouvir alguns depoimentos dos Senhores Deputados aqui presentes, ainda bem que esses estacionamentos foram colocados, agora quanto ao estacionamento do parque aí eu tenho que concordar com uma situação, é que eu já não é a primeira vez que tenho que vir tratar de assuntos a Freixo, vou tentar estacionar no parque e chego ao parque e aquilo é como foi dito, é um estacionamento privativo dos moradores e havendo pelo menos um controlo sobre essa situação eu garanto que haveria mais lugares vagos dentro do Parque de Estacionamento porque as pessoas não usariam aquilo abusivamente como garagem e é nesse sentido que, se calhar, a questão está a querer ser colocada. -----  
----- Quanto aos estacionamentos no exterior, eu ia dizer a mesma coisa mas, já foi referido pelo Ricardo que é nesse sentido porque se não vamos cair na mesma situação, como não há estacionamentos dentro do parque, o que é que vai acontecer, eu morador chego ali de manhã ou quando venho á noite, estaciono venho a pé e o meu carro fica ali, quem vier a seguir que precisa de ir à Caixa, precisa de ir ali a um comércio qualquer ou precisa de ir ao Centro de Saúde porque já não tem estacionamentos em cima vai ter que ir para o fundo da Vila arranjar um estacionamento quando podia ter ali um lugar próximo e se for naquele período de vinte minutos, meia hora para resolver os assuntos eu garanto que as pessoas começam a ter mais cuidado porque começa a haver patrulhamento e fiscalização pelos elementos da GNR e quem abusivamente estacionar claro que vai levar a respetiva condenação e multa e aí começará a haver um maior respeito pelos estacionamentos dentro da Vila, é só neste sentido que eu queria dar esta opinião”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Relativamente a esta questão eu quero aproveitar para agradecer ao Senhor Ricardo pela brilhante ideia e, essa história dos quinze ou trinta minutos, os minutos que forem acho que deve ser assim realmente naquela rua e, a questão de à noite se puder estacionar, a partir das vinte como se vê em qualquer cidade ou noutra sítio qualquer está muito bem. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 20**

----- Agora há aqui uma questão que também gostava de alertar ao Executivo, ao Executivo para que depois possa alertar quem de direito, é que neste momento naquela rua tirando os dois estacionamento em frente à Caixa Geral de Depósitos onde se pode parar por um período de trinta minutos todos os outros é proibido estacionar porque tem uma placa de proibido estacionamento logo ao início da rua”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra a Deputada Márcia Frade que referiu: “Portanto, eu suponho aqui que as obras foram feitas e a sinalização ainda não estará de acordo com o que está lá, terá que ser alterada. -----

----- Concordo plenamente com a sugestão do Ricardo que era o que estava a dizer de haver estacionamento permanentes ou não, acho muito bem que seja dessa forma, discordo daquilo que acabou de dizer porque frequento e ponho o meu carro todos os dias naquele Parque de Estacionamento ainda que, a maior parte dos carros não são dos moradores. A maior parte dos carros que estão lá estacionados, alguns estão lá durante meses e não são dos moradores, inclusive há algumas pessoas que moram na outra ponta da Vila, vêm deixar o carro e vão a pé para casa e o carro fica lá a servir de garagem e os próprios moradores quando chegamos não temos local”. -----

**----- DOIS PONTO TRÊS - INFORMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2015 – RATIFICAÇÃO. -----**

----- A Assembleia Municipal ratificou os compromissos plurianuais que se realizaram entre a anterior sessão da Assembleia Municipal e a presente sessão, assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de dezembro de dois mil e quinze, desde a última sessão até esta data, conforme a informação presente pelo Executivo e anexa ao livro de atas-----

**----- DOIS PONTO QUATRO – INFORMAÇÃO SOBRE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA I DO PAEL E REEQUILÍBRIO**



---

**FINANCEIRO A 23 DE NOVEMBRO DE 2016 – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----**

----- Presente uma informação sobre acompanhamento do Programa I do PAEL e Reequilíbrio Financeiro para efeitos de tomada de conhecimento e que aqui se dá por transcrita, ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. ---

**----- DOIS PONTO CINCO – INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO Nº 1 DO ART.º 56º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – ALERTA PRECOCE DE DESVIOS – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----**

----- Presente uma informação nos termos do n.º 1 do art.º 56º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Alerta precoce de desvios, para efeitos de tomada de conhecimento e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. ---

**----- DOIS PONTO SEIS – DOCUMENTO DE PERMISSÃO GENÉRICA DE DESPESA A AUTORIZAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A VIGORAR EM 2017 – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente para efeitos de discussão e votação a proposta que a seguir se transcreve. -----

**Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal**

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 22**

compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:

- a) *Resultem de planos ou programas plurianuais* legalmente aprovados;
  
- b) *Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €)* em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.

**Face aos considerandos enunciados propõe-se que**, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, **a Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta delibere (em reforço do consentimento legal previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho):**

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, **emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais**, nos casos seguintes:

**a. Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;**



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 23**

**b. Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil Euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;**

**c. Em que os Planos de Liquidação dos Pagamentos em atraso, acordados com os credores, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, gerem compromissos plurianuais.**

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Freixo de Espada à Cinta, 09 de dezembro de 2016

**A Presidente da Câmara**

Maria do Céu Quintas

----- Não havendo intervenções a registar sobre este ponto da ordem do dia, foi a proposta de dispensa de autorização prévia posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 24**

**----- DOIS PONTO SETE - ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2017 – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**

----- Presentes para efeitos de discussão e votação a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezassete, a apreciação técnica enviada pela DGAL e que aqui se dão por transcritos ficando um exemplar dos mesmos arquivados na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Em relação ao orçamento para 2017, os Senhores devem ter consulto e ter visto. -----

----- Em relação ao de 2016 aumentou por causa da candidatura da envolvente do Castelo uma vez que já está aprovada já tem que ser contemplada. -----

----- Se leram a apreciação da DGAL, diz que foi pedido autorização à DGAL por causa dessa candidatura que se fez, porque é um investimento que se vai fazer e ainda não veio a autorização, a Câmara está sempre sujeita para fazer seja aquilo que for a pedir autorização para fazer investimentos mesmo tendo as candidaturas aprovadas. -----

----- A candidatura está, o orçamento está feito em função dela mas a autorização ainda não veio, esperemos que venha e não demore muito. -----

----- Há outras obras candidatas que estão aí no orçamento, ficaram as rubricas abertas porque as candidaturas já foram feitas, que é o caso do PARU, essa já está aprovada, ainda não consta aí, depois teremos que fazer uma revisão para poder acrescentar os montantes, é a da seda, a da Capela da Santa Casa e também a candidatura para o edifício da Congida, essa está aprovada condicionada, estão-nos a pedir seis pareceres até ao dia doze de janeiro, se os conseguirmos essa também já está aprovada mas, só aparecerão os montantes depois no orçamento quando realmente estiverem”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Relativamente ao Orçamento, relativamente às questões do orçamento não vou questionar nada mas, quero dar aqui uma pequena opinião, porque já a dei ao Executivo anterior e acho que a devo dar agora novamente. -----

----- O orçamento não deve ser só os mapas que nos foram dados, um orçamento é como um plano de negócios de uma empresa e portanto deve demonstrar aquilo que o Executivo, neste caso a Câmara pretende fazer no ano seguinte ou nos



outros anos seguintes que lá venham, assim como refletir a evolução que possa haver de anos anteriores, o que se queira, o que o Executivo pretenda mostrar. -----  
----- Neste caso, é certo está lá, ninguém vai dizer o contrário porque está lá mas, quem esteja habituado facilmente consegue interpretar essas tabelas mas, quem não esteja causa-lhe alguma dificuldade, portanto, deve ter sempre uma nota introdutória, deve haver uma introdução ao orçamento. Ao anterior Executivo cheguei a dizer que para mim isso é um anexo ao orçamento, ou seja, o orçamento deveria ser um documento que fala-se sobre o que se pretende fazer e claro, apresentando os valores gerais que se pretende, os mais gerais, não vamos apresentar as dez canetas que têm que se comprar, aí vêm. -----  
----- Portanto, isso para mim é um anexo, deveria ter uma introdução é o único comentário que tenho a fazer ao orçamento”. -----

----- Não havendo outras intervenções a registar foi a proposta de orçamento em apreço posta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros António Nunes dos Reis, Ana Vargas, Manuel Frade, Nuno Ferreira, Raul Ferreira e Ricardo Madeira. -----

**----- DOIS PONTO OITO - ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**

----- Presente uma proposta de alteração ao quadro de pessoal e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu: “A alteração no quadro de pessoal é só a criação de quatro lugares a preencher por causa do concurso para a escola, os quatro auxiliares para a escola”.

----- Não havendo intervenções a registar foi a proposta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO NOVE - AUTORIZAÇÃO PARA ALARGAMENTO DA ÁREA DE RECRUTAMENTO A PESSOAL NÃO DETENTOR DE UM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO**



**PARA OCUPAÇÃO DE 4 POSTOS DE TRABALHO DA  
CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL,  
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DO PESSOAL NÃO DOCENTE –  
PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**

----- Presente uma proposta sobre o ponto em título referenciado e que a seguir se transcreve. -----

**AUTORIZAÇÃO PARA ALARGAMENTO DA ÁREA DE RECRUTAMENTO A PESSOAL NÃO DETENTOR DE UM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 4 POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA / CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, AUXILIAR DOS SERVIÇOS GERAIS DO PESSOAL NÃO DOCENTE-PROPOSTA**

“Considerando que:

No dia dezasseis de Setembro de 2008, o Município de Freixo de Espada à Cinta celebrou um contrato de execução com o Ministério da Educação, tendo, por esse efeito, sido transferidas para o Município atribuições nos domínios da Gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo e da Gestão do parque escolar no 2º e 3º ciclo do ensino básico;

Ao Ministério da Educação cabe-lhe, genericamente, transferir os recursos e instrumentos financeiros necessários para o integral cumprimento do contrato;

No âmbito do contrato supra mencionado o Município de Freixo de Espada à Cinta passou a exercer competências de recrutamento, afetação, colocação, remuneração, homologação da avaliação do desempenho, poder disciplinar para aplicação de pena superior a multa e decisão de recursos hierárquicos.

Dada a carência dos recursos humanos no setor de atividade do Agrupamento de Escolas, bem como a evolução global dos recursos humanos no Município de Freixo de Espada à Cinta, não obstante o grande esforço no sentido de racionalizar e otimizar ao máximo os recursos humanos disponíveis, o que se traduz numa generalizada insuficiência de recursos humanos, em variadas áreas de atividade municipal, o que impede a reafectação de trabalhadores de outras unidades orgânicas do Município, considero ser imprescindível promover o recrutamento de quatro postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, atendendo a inexistência, como se referiu, de recursos humanos.

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, estabelece no seu artigo 30º que o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 27**

postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, sendo que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo esse recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal e é restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Por outro lado, e também mediante procedimento concursal, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública pode, de acordo com o n.º 5 do supracitado artigo recrutar trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público.

Nas autarquias locais, o recrutamento a que se refere o n.º 1 do art.º 30 da LTFP, dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos previstos no mapa de pessoal, para ocupar os postos de trabalho em causa, deve ser precedido de aprovação do órgão executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 4 do Decreto – lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para o período de 1 de junho até 31 de dezembro de 2016-LOE2016), no seu artigo 33º n.º6, sob a epígrafe “ Recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais em situação de saneamento ou rutura”, estabelece que as necessidades de recrutamento excepcionais de pessoal resultantes do exercício de atividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local nos domínios da educação, da saúde, da ação social, da cultura, do atendimento digital assistido e da fiscalização, regulação e disciplina de trânsito rodoviário não estão sujeitos ao regime constante do presente artigo.

Assim, sendo não estão sujeitas ao procedimento previsto no n.º 2 do art.º 33 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Dispõe ainda o artigo 265º da LTFP, que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviço ou recrutar trabalhador, por tempo indeterminado ou a título transitório, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro.

Nos termos do art.º 16 do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias).

De acordo com o artigo 16º-A, do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGMA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, conforme declaração emitida em 30 de novembro de 2015, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 28**

situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15º do referido Decreto – Lei, na sua atual redação.

Esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2015, refere que as autarquias locais não têm que consultar a Direcção- Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação.

No mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu concordância do Senhor Secretário de Estado em 10 de Julho do corrente ano.

O recrutamento dos trabalhadores se inicia sempre de entre trabalhadores que se encontrem colocados em situação de requalificação ou que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou, caso não haja trabalhadores nestas condições, pelos trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, conforme o disposto nos n.ºs 2 a 5 do art.º 30 e n.º 1 do artigo 265º, ambos da LTFP aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho.

De acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 37º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento se efetua por ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de requalificação e, esgotados estes, os restantes candidatos conforme se encontra estipulado no artigo 48º da LOE 2015, pelo que o recurso ao pessoal nesta situação jamais ficará prejudicado;

A inexistência no Município de reservas de recrutamento e de trabalhadores colocados em situação de requalificação (artigo 15º n.º 1 e artigo 16º-A do Decreto – Lei n.º 209/2009);

Do mapa de pessoal para 2016, se encontram previstos os postos de trabalho em causa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere em conjugação do n.º 5 do artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do n.º 1 do art.º 4 do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro:

- 1- Aprovar o recrutamento, dos lugares previsto no Mapa de Pessoal para o ano de 2016, de quatro trabalhadores da carreira/categoria de Assistente Operacional (Pessoal não docente), para ocupação dos correspondentes postos de trabalho referidos, mediante a abertura do procedimento concursal



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata n.º 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 29**

- comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para exercer as funções inseridas nas atividades do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas;
- 2- Que com fundamento nos princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir a atividade municipal, na urgência da contratação e no interesse público no recrutamento, o procedimento seja único, podendo candidatar-se trabalhadores que se encontrem na situação de requalificação, trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável ou, ainda indivíduos sem relação jurídica de emprego previamente estabelecida, conforme estipulado nos n.ºs 2,3 e 5 do artigo 30º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
  - 3- Que, caso a presente proposta mereça aprovação por parte do Executivo Municipal, a mesma seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal, no sentido de autorizar a abertura do respetivo procedimento concursal, conforme o que dispõe o n.º 5 do artigo 30º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Freixo de Espada à Cinta, 27 de outubro de 2016.

A Presidente da Câmara

Maria do Céu Quintas

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Relativamente a este assunto a única questão que tenho é, quais são os critérios, quem é que pode concorrer”. -----

----- Respondeu a Senhora Presidente referindo que ia ser público com as restrições que possam advir de quem esteja na mobilidade. -----

----- Não havendo outras intervenções a registar foi a proposta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO DEZ - ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 30**

----- Presente uma proposta de aditamento ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Freixo de Espada à Cinta e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Este aditamento a este contrato que é um contrato que já existe há muitos anos entre a EDP e as Câmaras tem a ver só com a substituição das luminárias. Neste aditamento o que fica estabelecido é que a partir de agora a EDP é obrigada a pôr luminárias LED, é a única alteração”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Carlos Novais que referiu: “Quanto às já existentes há alguma previsão de substituição das mesmas por luminárias LED”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Eles estão, a EDP aos poucos está a fazer essa alteração.” -----

----- Não havendo outras intervenções a registar foi a proposta de aditamento posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO ONZE - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – ENQUADRAMENTO LEGAL DL N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**

----- Presente uma proposta de alteração do regulamento em título referenciado e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Esta proposta de alteração não vai alterar grande coisa, teve a ver com a substituição de uns nomes na secção financeira, foram eliminados da respetiva estrutura flexível a secção financeira e secção de pessoal não docente, mantém-se a secção de recursos humanos e teve que se alterar a divisão



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 31**

administrativa para o balcão único, a secção administrativa de DTOUH também passou a ser, obras, urbanismos e habitação. -----  
----- Isto no fundo era aquilo que estava só que ao mexer-se no organograma foi feito tudo e no anterior regulamento só contemplava as funções do chefe de divisão e pouco mais, neste não, já constam as funções dos coordenadores e de todos quantos fazem parte dos serviços”. -----

----- Não havendo intervenções a registar foi a proposta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO DOZE - CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA ÁGUAS DO INTERIOR-NORTE EM, SA – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**

----- Presente uma proposta de deliberação para constituição da Empresa Águas do Interior-Norte EM, SA., e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente foi cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu: “Neste ponto da constituição da Empresa Águas do Interior-Norte EM, SA, eu pedia ao Engenheiro Manuel Moras que faz parte da Administração da EMAR de Vila Real e foi quem tratou do estudo que foi feito que esclarecesse sobre a constituição da empresa”. -----

----- Seguidamente foi cedida a palavra ao Senhor Engenheiro Manuel Moras que referiu: “Este é um projeto que se inscreve no setor que eu há muitos anos abracei. -----

----- O problema da agregação de Municípios, portanto Empresas Intermunicipais no setor da água e no setor do saneamento é um problema que tem vindo a ser debatido no País, no setor e tem vindo a ser debatido por especialistas já há alguns anos. -----

----- A necessidade de o País cumprir normas ambientais que são bastante rigorosas principalmente no que se trata no tratamento de esgotos e também no abastecimento de água exige o conhecimento de especialistas e de especialidades que só sistemas, às vezes bastante grandes conseguem dominar. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 32**

----- As especialidades são da área da engenharia civil, da química, da biologia, enfim, é muito difícil monitorizar mesmo com alguma dimensão e eu trabalho neste setor já algumas dezenas de anos, tenho acompanhado o desenvolvimento do setor e ultimamente, nos últimos dois ou três anos estou a trabalhar no Município de Vila Real na Empresa EMAR, e portanto, mesmo em Municípios como Vila Real não tem dimensão para criar massa crítica, quando digo massa crítica, os conhecimentos de todas estas áreas, para garantir com qualidade e regularidade o cumprimento de todas as normas ambientais que nos são impostas. -----

----- Nos últimos anos essa exigência agravou-se por dois motivos: Por um lado o Grupo Águas de Portugal, a que eu tive a honra de pertencer durante doze anos, tem a concessão em alta dos sistemas de abastecimento de água, conhecem aqui a Barragem da Ferradosa, estive ligado às duas, Ferradosa e Olgas e a todos estes sistemas e, com a criação de todos estes sistemas em alta os Municípios viram-se obrigados a gerir com muito mais eficácia porque foram assaltados, digamos assim, foram confrontados com pagamentos de elevados custos no serviço que era prestado por essa mesma alta. -----

----- Por outro lado a ERSAR que é a entidade reguladora do setor, exige a todos os Municípios, atualmente tem a verdadeira tutela, ela tem sido até contestada pelos Municípios porque dizem que não têm que ser tutelados por uma entidade independente, uma entidade que nem sequer é uma entidade autónoma do Governo, é independente do Governo e que colide com as competências e com a autonomia do Poder local mas, o que é certo é que tem atualmente poderes de tutela, ou seja, desde os tarifários, ao cumprimento de normas de qualidade da água a ERSAR tem poderes de tutela. -----

----- Poderes de tutela esses que não sendo cumpridos pode originar coimas, assim como origina coimas o não cumprimento de normas ambientais quer nas descargas quer no tratamento e no fornecimento de água. -----

----- Portanto, como estava a dizer, os Municípios, todos os Municípios e em especial os pequenos têm sido confrontados com esta realidade e portanto tem-se visto muito no País, já há bastantes anos a agregação ou a junção de vários Municípios no sentido de criar entidades empresariais, atualmente fala-se muito e empresas e a Lei e aquilo que o setor aponta é precisamente para empresas, enfim que podem ter diversas formas mas, ultimamente fala-se muito de empresas intermunicipais. -----

----- Como é que surge esta, há cerca de dois anos este problema tem sido empurrado, digamos assim, as Comunidades Intermunicipais de todo o País têm



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 33**

sido solicitadas a agarrar este problema e agregar os Municipais em torno das Comunidades Intermunicipais que existem no País. -----

----- Nós pertencemos à CIMDOURO, tal como Freixo, que agrega cerca de dezanove Municípios, dez a Sul do Douro, nove a Norte do Douro. -----

----- Como disse há cerca de dois anos criou-se este problema e, enfim, depois de muito debater, de ter discutido fizeram-se alguns estudos, nomeadamente o Engenheiro Nuno Cardoso foi comigo fazer um estudo, o Professor Poças Martins, portanto, são pessoas que trabalham muito neste setor. No dia 25 de maio último tomou a decisão de criar, a CIMDOURO tomou a decisão de criar, foi numa reunião que houve aqui em Freixo, por acaso, coincidência, tomou a decisão de criar duas empresas intermunicipais. -----

----- Uma agregando os dez Municípios a Sul do Douro e outra agregando os nove Municípios a Norte do Douro. Então esses Municípios são Freixo, Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta, Torre de Moncorvo e Vila Real e estes nove Municípios incumbiram a EMAR na minha pessoa de desenvolver os estudos e esses estudos são estudos que penso que vos foram distribuídos, que têm alguma complexidade, tivemos que fazer os estudos técnicos, o levantamento de todas as infraestruturas, fazer a sua avaliação, fazer a avaliação do estado do existente, propor o modelo, o estudo de viabilidade económico-financeira, fazer estudos económicos, financeiros e institucionais que envolveu juristas no sentido de estudarem o modelo organizacional que cumprisse com a legislação em vigor e essa proposta foi submetida a todas as Câmaras. -----

----- Todas as Câmaras, aliás falta Alijó e Vila Real precisamente e em Vila Real só ainda não deliberaram porque, enfim, ainda não conseguiram agendar isso uma vez que têm uma série de temas e têm algumas situações especiais mas, todas as Câmaras, estas nove Câmaras já deliberaram aderir à empresa, na maioria das Câmaras já tiveram Assembleias Municipais e também já aderiram, a tônica na generalidade tem reinado a unanimidade, na maioria das Câmaras tem reinado a unanimidade, houve em duas algumas abstenções mas, todas elas já tomaram essa decisão. -----

----- Do que é que consta esta empresa? Que é que representa esta empresa? Esta empresa vai juntar estes nove Municípios e vai juntar cento e dezassete mil habitantes. Aquilo que na arte, digamos assim, no setor se entende como dimensão mínima para ter uma entidade, uma empresa, uma Câmara para gerir estes sistemas ronda os oitenta, cem mil habitantes. -----

----- Considera-se, enfim, já houve muitas análises do setor e daquilo que se passa no País mas considera-se hoje que abaixo dos oitenta, cem mil habitantes é



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 34**

---

muito difícil garantir uma empresa ou uma entidade qualquer, seja ela de que forma tenha, que tenha sustentabilidade e que tenha competências, ou que consiga agregar competências para gerir os sistemas de águas e os sistemas de esgotos. ----

----- Nós com estes nove Municípios conseguimos esse mínimo, conseguimos ultrapassar esse mínimo e temos cento e dezassete mil habitantes, conseguimos cerca de sessenta e oito mil clientes e mesmo assim esta empresa, esta entidade não é uma entidade grande porque, por exemplo, o Porto consegue cento e trinta e cinco mil clientes. O Porto para abastecer estes cento e trinta e cinco mil clientes tem só 800km de condutas, nós todos juntos para abastecer metade, ou para ter metade dos clientes precisamos de cerca de 2000km de condutas, portanto, quase três vezes mais dimensão de condutas para metade dos clientes. -----

----- É uma empresa que terá que ser gerida com grande racionalidade, com racionalidade de custos, de meios de modo a competir com o restante País porque nós, tal como já está a acontecer hoje, vamos ser confrontados e vamos ser avaliados em comparação com entidades como o Porto, a Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Hoje a ERSAR publica todos os anos os indicadores de desempenho de todos os sistemas gestores incluindo os das Câmaras. -----

----- Pretendemos com esta empresa partir de um nível de perdas que hoje temos, todos juntos, temos um nível de perdas de quarenta e quatro por cento, há Câmaras que têm mais outras Câmaras que têm menos, mas o nível de perdas, ou seja, a água não faturada é de quarenta e quatro por cento, isto quer dizer que, em cada cem litros que este conjunto de Câmaras compra às Águas do Norte perde quarenta e quatro, ou seja, apenas cinquenta e seis chegam à faturam é vendido ou chega à casa dos clientes. -----

----- Portanto, é neste quadro que vos propomos a constituição desta empresa intermunicipal em que todos os Municípios participam de igual forma independentemente do seu tamanho, quando digo de igual forma, digo que, no acordo parassocial reina e, tiveram acesso a esse acordo parassocial, aquilo que se aponta é para que as decisões sejam unânimes o que não é difícil, apesar de serem nove Câmaras não é difícil porque, normalmente, estas decisões têm a ver com o cumprimento de regras, normas, orientações da ERSAR. -----

----- Hoje em dia a ERSAR tem guias técnicos e recomendações para quase tudo, portanto, é necessários cumpri-los e os Municípios participam de igual forma na gestão desta empresa. -----

----- Aquilo que se prevê é que, os Municípios tenham lá um representante, participem no Conselho de Administração, sendo a gestão diária delegada numa



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 35**

equipa profissional, obviamente, com certeza que os Presidentes de Câmara, os Vereadores sejam os representantes das Câmaras e não estarão todos os dias disponíveis para despachar os assuntos correntes da empresa, portanto, a gestão corrente da empresa é entregue a uma equipa profissional que, obviamente, terá que responder perante os Municípios ou os representantes dos Municípios. -----

----- Não sei se repararam, o estudo de viabilidade económico-financeiro, as necessidades de investimento desta empresa rondam os sessenta e dois milhões de euros, qual é a grande vantagem? É que por parte do Governo e por parte das entidades financiadoras há uma grande afluência e já foi garantido, quer o Senhor Secretário de Estado, quer o Senhor Ministro já garantiram que quem se juntasse tem financiamento, quem estiver só, pois então que se governe porque não há dinheiro para quem continuar isolado e, portanto, quem quiser ter acesso a fundos comunitários, quem quiser ter acesso a empréstimos bonificados, quem quiser ter acesso ao dinheiro terão que se agregar em entidades que obedeçam a este rácio, que tenham capacidade de gestão. -----

----- O programa que nós fizemos ronda os sessenta e dois milhões de euros de investimento, vai abrir, apesar de ainda não estarmos constituídos, vai abrir um anúncio, anúncio esse que vai estar aberto, pelo menos o Senhor Secretário de Estado assim o pensa, que vai estar aberto, ele disse-me que até junho, eu disse-lhe que temos que ir um pouco além porque temos que preparar projetos, preparar as candidaturas. -----

----- As entidades que se agregarem terão acesso a esses fundos. Essencialmente o investimento visa o quê? Não visam tanto a ampliação de redes, a construção de coisas novas mas, visam essencialmente modernizar, atualizar aquilo que já está obsoleto e essencialmente ganhos de eficiência. Temos, como disse, quarenta e quatro por cento de perdas, uma empresa destas não se consegue governar com tanta perda, temos que atingir aquilo que é o objetivo Nacional que é de vinte por cento em dois mil e vinte e para isso há que fazer investimentos e, portanto, para investimentos é preciso recorrer a empréstimos e essencialmente a financiamentos a fundo perdido que são financiamentos comunitários. -----

----- Penso ter sido esclarecedor, ficarei disponível para os esclarecimentos adicionais que pretendam e, enfim, aquilo que eu posso dizer é que conseguimos durante os últimos seis, sete anos aguentar o nosso isolamento e, eu quando digo o nosso, todos os nossos Concelhos conseguiram manter os seus sistemas, aquilo que se perspectiva de hoje para o futuro é que não vai ser mais possível, quer pelas regras, e pelo cumprimento dessas regras que já hoje existem mas que, há boa maneira Portuguesa vamos, de certo modo, enfim, protelando o seu cumprimento.



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 36**

----- Mas, eu sei que já há Municípios, já há sistemas que começam a ser ameaçados e por vezes já concretizados, às vezes os cidadãos exigem e perante denúncias as autoridades não podem calar e com coimas pelo não cumprimento de algumas regras ambientais. -----

----- Portanto, eu diria que, nós não conseguimos protelar mais o isolamento e ou nos unimos ou ficaremos sós e abandonados porque ninguém nos ajuda”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Manuel Frade que referiu: “Estamos aqui a falar de um projeto muito grande e sinceramente por nós todos ou por mim, a começar por mim esta história das águas é um pouco de má memória o que aconselha muito cuidado naquilo que vamos fazer. -----

----- Diga-me uma coisa para começar, distribuição em baixa é evidente é sempre a parte má. -----

----- Referiu sessenta e dois milhões, isso a dividir pelos Municípios, pelos nove equitativamente, de acordo com a área, vamos pôr por alto cinco milhões para Freixo, depois o período que parte a fundo perdido, certo, ou todo?” -----

----- Usou de seguida da palavra o Eng. Manuel Moras que referiu: “Estamos a pensar que destes, o estudo aponta para trinta milhões a fundo perdido”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Manuel Frade que referiu: “O caso de Freixo é muito particular, eu segui com atenção o que referiu, é o que se usa, é o que se aconselha, é isso que está na moda, é isso que traz escala mas, o caso particular de Freixo é mesmo particular o que aconselha a muita moderação aqui e, eu hoje não consigo com tudo isto ir além de uma abstenção. -----

----- É assim, em Freixo e agora corrijam-me se estiver errado, parece que só a Sede de Concelho e Ligans é que compram ou têm necessidade de comprar água, não é assim? -----

----- Vamos ver um caso que eu julgo conhecer que é o de Lagoaça. Lagoaça tem água que capta e trata, de qualquer modo, dada esta situação particular eu julgo que é necessário muita moderação e muita atenção em relação a isto, julgo também que não será necessário a Assembleia pronunciar-se hoje, poderá haver uma nova oportunidade”. -----

----- Respondeu a Senhora Presidente da Câmara dizendo que não, que a Assembleia tem que se pronunciar hoje. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 37

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Manuel Frade que referiu: “Isso parece-me um mau princípio, sermos confrontados com uma coisa que, ou é agora ou não é”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Estive atento à sua explicação, confesso que não domino a sua área, como é óbvio e farei algumas pertinentes em relação à Assembleia que é aquilo que me traz aqui e é sobre isso que tenho algumas dúvidas. -----

----- A primeira é, porque é que todos os Municípios da CIMDOURO não aderiram, só aderiram alguns, essa é a questão qual foi o motivo para não aderirem?” -----

----- Respondeu o Eng. Manuel Moras que referiu: “Aderiram todos, eles é que decidiram dividir entre o Norte e o Sul, os Municípios do Sul estão a constituir também uma empresa idêntica ou igual à do Norte e os do Norte aderiram todos, exceto Carrazeda mas, Carrazeda não está com ninguém porque têm concessionada a uma empresa, da qual se quer libertar e quando se libertar então virá, porque Carrazeda não pode, aquilo não é dela, foi concessionada em mil novecentos e noventa e nove a uma empresa privada”. -----

----- Usou de seguida a palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu: “A CIM Terras de Trás-os-Montes está a constituir também uma empresa através dos resíduos do nordeste, nós ainda fizemos também um estudo, eles também fizeram um estudo com Freixo e Moncorvo”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação à água e como referiu o Deputado Manuel Frade é mesmo de má memória porque já tivemos alguns exemplos no passado que não resultaram bem, um deles foi há bem pouco tempo, se tivéssemos assinado como está a dizer agora ou é ou não é, tinham-se perdido oitenta mil euros para o Município, como se veio a verificar depois que vieram mais oitenta mil euros para o Município, essa é uma questão o que não quer dizer que vá suceder agora isso. -----

----- Depois outra questão que é aquela que me preocupa, o que é que isso vai acarretar para os Municípios, em quanto é que vai ficar o metro cúbico da água, fica mais barato, fica mais caro, qual é o preço? -----

----- Quer queira quer não é uma empresa, aí estamos de acordo, mas onde é que isso vai entrar no bolso dos Municípios, é isso que me interessa saber, vai ficar



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 38**

mais caro ou fica mais barato, gostava que me respondesse com clareza e objetivamente a isso”. -----

----- Foi de seguida cedida a palavra ao Eng. Manuel Moras que referiu: “Obviamente esta é uma empresa dos Municípios não é uma empresa privada, é uma empresa totalmente detida pelos Municípios aderentes. -----

----- Quanto ao custo para os Municípios, obviamente o custo terá que ser aquele que garanta a sustentabilidade do sistema, tem a grande vantagem em que o preço será igual em todos os Municípios, em toda a área da empresa e esse foi o grande objetivo do Governo, é criar no País que o preço da água seja idêntico em quase todo o País. -----

----- Portanto, em alta já estão a uniformizar mais ou menos as tarifas, em baixa há uma grande disparidade e esse vai ser o grande objetivo, o preço da água em Freixo, obviamente no caso de aderirem, seria o mesmo preço que tem Moncorvo, o mesmo preço que têm os outros Municípios. -----

----- Qual é a grande vantagem de nos juntarmos é ao juntarmo-nos nós vamos uniformizar o preço da água e aqueles que têm a água mais alta, como Vila Real é natural que tenha ali algum ganho de escala, os outros, é evidente que quem tenha a água de “borla” é evidente que tenha que subir um pouco mas, o que é certo é que o preço será igual em toda a região”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Eu percebo a sua posição agora também tem que perceber a nossa, quer dizer, se Freixo está a pagar sessenta ou oitenta cêntimos por metro cúbico, vai passar a pagar dois euros e trinta, qual é a vantagem de nos estarmos a juntar, pôr mais despesa nos bolsos dos nosso Municípios, é isso que pretendemos? -----

----- Sinceramente não vejo benefício nenhum para Freixo nestas condições, se é para as pessoas ficarem a pagar quatro ou cinco vezes mais a água não acho que haja algum benefício em relação a isso” -----

----- Foi de seguida cedida a palavra ao Eng. Manuel Moras que referiu: “A grande vantagem de os Municípios se agregarem é, tornar os sistemas não só eficientes mas, essencialmente terem sustentabilidade. -----

----- Hoje é reconhecido por toda a gente que muitos dos sistemas e os sistemas pequenos não são sustentáveis, não são sustentáveis quer ao nível dos preços que muitas vezes existem, quer principalmente ao nível do cumprimento das regras como há bocado disse e, portanto, a grande vantagem de nos agregarmos é



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 39**

precisamente para que os sistemas agregados sejam sustentáveis, não estejam a depender dos orçamentos quer das Câmaras quer do Estado a não ser, obviamente, aquilo que vá depender dos investimentos que já estão previstos e que esses necessitam de subsídios a fundo perdido. -----

----- Também é grande vantagem, porque nós temos reivindicado do Governo, eu trabalho no Interior, sou aqui de um Concelho perto e sempre trabalhei no Interior e temos sempre reivindicado dos diversos Governos que o Interior não seja esquecido e que o Interior tenha fundos perdidos como tem o Litoral ou ainda mais. -----

----- Este Governo e os outros o que têm dito é que, ou nós nos agregamos e temos sistemas sustentáveis ou não estão para andar sempre a subsidiar as infraestruturas que, enfim, acabam por se ir degradando”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação ao Governo vou-lhe ser muito claro, o Governo por acaso até é do meu Partido que é o Partido Socialista mas sinceramente e desculpe, se calhar até vou usar uma expressão bastante forte, é chantagem do Governo para encarecer aqui a água, porque até agora a explicação que me deu e os termos técnicos estão todos corretos mas, a nível daquilo que interessa naquilo que os Municípios vão pagar é que vai encarecer a água, até podia estar lá o PSD o PS, fosse quem fosse, eu estou a falar em relação ao Concelho e tenha a certeza também que a Senhora Presidente e todos os Deputados querem o melhor para este Concelho em relação a isso e os Municípios de Freixo, sinceramente, eu pessoalmente votarei contra esta proposta se realmente vão ficar a pagar como em Vila Real que pagam dois euros dois euros e trinta, se aqui pagam oitenta cêntimos, numa família faz muita despesa e vai-se repercutir no seu bolso, por isso, vantajoso da uniformidade, olhe que se dê a uniformidade e, divagando um bocadinho, também as estradas para chegarem cá demoraram muito tempo, a água também está na altura de o Concelho de Freixo e o Interior ter vantagens em relação à água, que paguem agora menos no Concelho de Freixo e que paguem mais no Litoral que sempre foram beneficiados, aí é que o Governo, uma vez que também está com o Senhor Secretário de Estado, transmita-lhe isso tem que haver agora benefício para os Municípios de Freixo pagarem menos porque neste momento as pessoas de Freixo conseguem sobreviver com a água e o que é certo é que estão a pagar menos, se formos aderir a este acordo vamos ficar a pagar quase cinco vezes mais”. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 40

----- Foi de seguida cedida a palavra ao Eng. Manuel Moras que referiu: “Não! A tarifa média de Freixo não é de oitenta cêntimos mas já é mais elevada de acordo com as contas que tenho mas, aquilo que se passa hoje e vou referir o caso de alguns Municípios, penso que em Freixo também se mantem a situação, é que hoje a água é paga pelos Municípios e de certo modo a preços subsidiados para toda a gente precisem ou não precisem. -----

----- Aquilo que está previsto nestes sistemas é que a água tenha o preço em todos os Municípios em que integram a empresa, que integram esta entidade, tenham o mesmo preço em todos e haja tarifas sociais para quem realmente precisar delas. -----

----- É muito conhecido no País, aliás isto às vezes nas notícias sabe-se e nos Municípios que hoje já praticam preços elevados, é reconhecido que há famílias que têm dificuldades em pagar as faturas quer da água quer do tratamento de esgotos, é reconhecido que a água é essencial à vida e não pode ser um bem a que as pessoas não tenham acesso e aquilo que se cria são tarifas sociais para quem precisar, enfim, ter um preço ou ter um financiamento no custo deste bem, deste serviço de modo a que possa suportar os custos com essa água. -----

----- Aquilo que se passa hoje é que não há tarifas sociais, não há essa preocupação e, enfim, aquilo que se passa é que muitos Municípios estão a subsidiar a água a toda a gente. -----

----- No caso de Freixo não é dos que tem a água mais barata no País mas também, obviamente, não é dos que a tem mais cara”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Rui Portela que referiu: “Antes de passar àquilo que eu vou falar, o Senhor à bocado falou do saneamento que é a questão mais importante, porque há duas Freguesias aqui do Concelho que são Poiares e Mazouco que desde 1997 até 2005 não foram contempladas com a ETAR, de 2005 a 2013 não foram contempladas coma ETAR e queria saber se nesses milhões todos que se falam aí, disse há bocado muito bem que o saneamento é o mais caro e as pessoas de Poiares e Mazouco continuam a pagar o saneamento e não têm uma infraestrutur em que esteja a ser tratado. -----

----- Não sei qual será, mas vamos saber a seguir em princípio mas vamos saber alguma coisa sobre isso. -----

----- Quer dizer, no enfiamento da conversa do Nuno, quero dizer-lhe o seguinte sobre isso. A questão de entrarmos, ou não entrarmos neste projeto da empresa, o preço da água automaticamente vai ter que subir mais cedo ou mais tarde. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 41**

----- A Câmara Municipal já há muitos anos que está, vamos fazer só um número redondo, está a cobrar às pessoas mil e paga o dobro de água, quem tentar fazer isto em casa vai entrar em insolvência muito rapidamente, a Câmara anda a fazer isto há muitos anos. Se não aderirmos, eu também estou com medo, todos nós vamos pagar a água mais cara, ninguém quer isso, sei que ninguém quer isso, não vamos todos dizer aqui ou ser irónicos e dizer é melhor entrar mas o pagar pagam os pais, não, não é isso. -----

----- A sustentabilidade da água no Concelho de Freixo tem que se resolver, tem-se adiado o problema há muitos anos e nunca ninguém tentou resolver o problema e estamos na altura de o resolver, temos que o resolver ou de uma maneira ou de outra. -----

----- Se hoje não aderirmos o Município que está em mau estado financeiro e vai ficar pior porque depois vai ter que subir na mesma a água, pode não subir o que está aí, não sei e depois tem outro problema que é a questão das infraestruturas, de ligações, de novos ramais, de manter aquilo que está, a Câmara não está em condições financeiras de fazer qualquer tipo de obra nos ramais existentes, outros que se queiram e remodelações. -----

----- Penso que esses milhões serão para isso. Se a Câmara tivesse saúde financeira nós aqui até podíamos ter uma solução melhor de dizer, a Câmara sim Senhor, até nem precisamos de nos unir e ficamos todos muito satisfeitos que a Câmara de Freixo é muito independente e tem soluções financeiras para resolver esse problemas todos, isto é aquilo que eu penso, é a minha opinião e expressei-a aqui publicamente. -----

----- Aquilo que me preocupa mais é que durante dezasseis anos, em dois Presidentes que passaram por cá, que deixaram Poiares e Mazouco para trás e queria saber qual é a solução que tem para que essas pessoas, em relação ao resto do Concelho, embora as ETAR no resto do Concelho também não funcionem a cem por cento, não funcionam, não estão todas ligadas eu sei, conheço todo o Concelho, não estão todas ligadas à ETAR e queria saber se há alguma solução para Poiares e Mazouco”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Eng. Manuel Moras que referiu: “Relativamente aos investimentos, de facto o que pesa aqui nos investimentos é, e quando eu dizia que tínhamos que garantir o cumprimento das normas, as normas essencialmente de descarga e aquilo que está previsto aqui e grande parte do investimento é dirigido a isso é a reabilitação dos tratamentos existentes, quando



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 42

muitas vezes reabilitar quer dizer fazer tudo novo, ou seja, temos que analisar caso a caso e tipificar. -----

----- Isto hoje em dia já há soluções *standard* e Poiares e Mazouco e todos os outros onde as coisas não estejam a funcionar, analisar o que está e ver o que temos que fazer para que a água que dali saia seja já água limpa, água tratável e água que cumpra as normas de descarga porque hoje quem não cumpra as normas de descarga como sabe fica sujeito a coimas. -----

----- Outra das coisas que nós temos que fazer é garantir que as Câmaras consigam o licenciamento quer das captações, quer das descargas, como sabe, hoje quem tiver uma captação, hoje as Câmaras têm que licenciar as captações, muitas já são centenárias, enfim, andámos durante alguns anos que não as licenciavam mas a APA está em cima disso e tem que licenciar as descargas e para licenciar as descargas tem que se estar a cumprir porque depois há aquilo a que se chama o controlo analítico, ou seja, periodicamente vai-se recolher o que sai da ETAR e ver se cumpre ou não cumpre. -----

----- Como uma empresa como esta não se governa com ameaças dessas, isso seria logo a morte de uma empresa à nascença, há aqui um período de cinco anos para fazer, é evidente que este investimento todo não se faz num ano, e há aqui um período de cinco anos para pôr todos esses tratamentos a funcionar corretamente, agora o que é corretamente, nalguns casos pode haver a fossa que ainda esteja em bom estado mas a seguir à fossa é preciso fazer mais qualquer coisa porque uma fossa só não trata, a fossa só por si não garante. -----

----- Quanto à sustentabilidade posso dizer que feitas as contas há uns anos, os Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro em relação às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro tinham um défice anual na ordem dos dez milhões de euros, só entre aquilo que se recebia e aquilo que pagavam. -----

----- Na minha ótica, esta é a minha opinião, ou nos unimos ou então isoladamente não vamos a lada nenhum, esta é a minha opinião e posso ser suspeito, é uma opinião técnica de alguém que, enfim, desde setenta e oito que trabalha neste setor e trabalha neste setor essencialmente nas Câmaras”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Carlos Novais que referiu: “Da explicação que esteve a dar, falou aqui em regras ambientais, conhecimentos de química, biologia, por aí a fora. -----

----- Tenho aqui algumas questões a pôr no seguimento do seu esclarecimento. A questão que me estava a falar era de normas ambientais que, por exemplo, não falou quais e, para a maior parte dos que estamos aqui, ou se não para a totalidade,



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 43

leigos nessa área, gostaríamos de saber quais são e se há algumas em especial que são aplicadas aqui ou se são aquelas que são exigidas pela ERSAR esta é a questão um. -----

----- Depois fala-nos nos conhecimentos de química, biologia, para quê? Os tratamentos da água, verificação do cloro, por aí a fora, que eu saiba neste momento os exames estão a ser elaborados por uma empresa qualquer que sai a expensas, suponho eu do Município periodicamente e, não tem havido grandes problemas, portanto, não estou a ver assim grande necessidade desse conhecimento técnico porque há uma empresa que já faz esses levantamentos e esses estudos. -----

----- Depois, quanto às melhorias das ETAR, no seguimento daquilo que falou foi, melhorar as que estão, agora eu ponho uma questão, as ETAR não são da responsabilidade das Águas do Norte”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Eng. Manuel Moras que referiu: “Não! Só aquelas que são deles, eles ficaram com as grandes, eles aqui no Concelho ficaram com Freixo, Fornos e Lagoaça e mais nenhuma”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Carlos Novais que referiu: “Então é por essas mesmas que eu vou falar, porque era nesse sentido que ia pôr a questão, se são eles os responsáveis como é que depois vai ser o Município se aderir a essa tal empresa intermunicipal fazer as melhorias naquilo, ou seja, eu vou aqui arranjar a cara da mulher dos outros para ficar mais bonita, perdoe-me a expressão mas é isto que tenho que dizer, porque é que se eu tenho um equipamento que pertence a uma determinada entidade como é que eu vou fazer reparações e restauros naquilo que não é meu, esta é outra questão. -----

----- Depois falou aí que foi feito um levantamento e um estudo dos equipamentos do Município, aqui não foi frisado no relatório e grosso modo e como disse o colega Miguel, que foi muito material para se estudar de uma vez todo e ler-se, foi lido quase que atravessado mas deu para ler e eu não vi lá referência nenhuma ao levantamento dos estudos que foram feitos no Município. –

----- Agora eu ponho outra questão, no seguimento disto. Se foram feitos os estudos dos equipamentos eu pergunto quem foi fazer o estudo e o levantamento dos equipamentos da Freguesia à qual eu presido, à União de Freguesias de Lagoaça e Fornos. -----

----- Não fui contactado para o efeito, não prestei esclarecimentos sobre os equipamentos que temos, nem eu e está aqui o outro colega de trabalho, ele não



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 44

me deu conhecimento de nada, suponho e deduzo, como já trabalho há muito tempo com ele e sem trabalhar com ele já trabalhávamos nestas lides antes, também não teve conhecimento se não ter-me-ia comunicado de imediato. -----

----- Como é que pode ser feito um levantamento sem se saber o que é e sem estar alguém presente para esclarecer, Porque é assim, que eu saiba os equipamentos que estão na Freguesia são da Freguesia, como é que foram feitos esses levantamentos, como é que foram feitos esses estudos, qual foi o valor que lhes foi atribuído para efeitos da contabilização da tal percentagem que foi atribuída a cada um dos Municípios, para já é neste sentido. -----

----- Depois uma outra questão que falou e muito bem e disse que era igualar os preços. A questão de igualar os preços a nível do consumidor final e a nível dos Municípios eu acho que aqui será o chamado tiro no pé porquê? Se nós formos comparar o Município de Freixo, como falou aqui o Deputado Nuno Ferreira, temos a comparação com o Município de Vila Real, vamos fazer o seguinte raciocínio rápido: Nós aqui temos um consumo de X, Vila Real tem um consumo de Y, o consumo é o triplo lá, tem maior desgaste, tem maior despesa de manutenção, tem maior tudo, aqui é menor, como é que vamos poder fazer uma equiparação de preço e igualar preços em situações completamente díspares. -----

----- Falou que com a gestão da empresa a criar, os lucros obtidos com a sua gestão, se iriam reflectir nos preços ao consumidor final, com baixa das tarifas.

Mas em caso de prejuízo, como é que vai ser? Vai ser o consumidor final a pagar os prejuízos com um aumento das tarifas, ou será apurada a razão de tais prejuízos e se em caso de gestão danosa, quem será responsabilizado pelos mesmos e quem é que fiscalizará a empresa. -----

----- Depois falou noutra situação das tarifas sociais. Na questão das tarifas sociais depois qualquer cidadão, qualquer Munícipe vai poder candidatar-se desde que haja determinados parâmetros para as tarifas sociais, agora é assim, como é que vai ser feita essa avaliação de cada Munícipe candidato para essa tarifa social, porque por exemplo, depois vai haver aí um problema grave é que se calhar vai haver candidatos que não deveriam usufruir dessa tarifa social e vão acabar por beneficiar porque têm um conhecimento aqui, um conhecimento ali e se calhar até há ao lado um Munícipe que necessita de uma tarifa social e não vai ser abrangido por ela, são estes os pontos que gostaria de ver esclarecidos para tomar uma decisão em consciência”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Eng. Manuel Moras que referiu: “Ora bem, a alta não desaparece, ou seja, vamos ter que continuar com aquilo que é hoje a alta.



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 45**

As ETAR de Fornos e Lagoaça são da alta e essas são da responsabilidade deles e dessas a única coisa que a gente tem que exigir é que se estiverem mal têm que as compor eles e têm que as pôr a funcionar direitas. -----

----- Portanto, aliás, nem nós, nem hoje o Município ou a Junta têm autoridade ou competência, chamemos-lhe assim, para fazer lá seja aquilo que for. Aquilo está hoje concessionado pelo Estado às Águas do Norte e, portanto, eles é que têm que, se houver lá algum problema só têm que se queixar a eles, assim como de futuro a empresa nova constituída tem que garantir, porque o serviço que lá estão a prestar é um serviço que é pago e que sai caro. -----

----- Hoje eu sei que eles têm monitorização e têm manutenção, as ETAR têm procedimentos e elas estão a ser mantidas, quando há defeitos, quando é preciso manutenção eles garantem isso, aquilo, a única coisa que eles fazem é enviar uma fatura ao fim do mês com o valor do serviço lá prestado em função do esgoto tratado. -----

----- O mesmo se passa com a água que eles fornecem em alta, portanto, eu quando falo em alta quer dizer os serviços e as infraestruturas. Freixo, quer a Câmara quer outra entidade não tem autoridade ou competência para intervir na Barragem ou nos reservatórios que são das Águas do Norte, aí não pode haver intervenção, tem é que haver exigência do cumprimento das regras porque está-se a pagar um serviço. -----

----- Relativamente aos custos e aos custos Vila Real versus Freixo e até posso comparar com o Porto, é evidente que é muito mais barato o custo da água num Município grande, aquilo que acabei de dizer há bocado, o Porto para abastecer cerca de cento e trinta e cinco mil clientes só precisa de gerir, só precisa de manter 800km de rede. -----

----- Os nove Municípios agregados vão ter três vezes mais de condutas e têm menos de metade das pessoas a pagá-las, portanto, a gestão tem que ser muito mais rigorosa, enquanto que o Porto pode ter um serviço de luxo, pode ter tudo devidamente tratado. -----

----- Num nicho do País há entidades gestoras como o Porto que têm tido alguns ganhos e que tem permitido com sustentabilidade descer, embora quase simbolicamente. -----

----- É por isso que nos estamos a tentar juntar, porquê? Porque nos sistemas pequenos é quase impossível garantir a tal sustentabilidade porque, com certeza que compreenderá que, para às vezes abastecer desde a Barragem da Ferradosa a água vem para Freixo e Ligares, é preciso manter todos estes km de conduta às



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 46

vezes para servir pouca população, por isso há preços mais competitivos à medida que os sistemas aumentam. -----

----- Em relação à sua dúvida sobre para que é necessário competências em diversas áreas, química e física, uma vez que, já hoje há uma empresa que faz as análises para Freixo, aliás isso é uma obrigatoriedade que é o programa de controlo de qualidade da água e as águas são analisadas em laboratórios externos, nem podem analisá-las lá dentro, mesmo que Freixo tivesse um laboratório de top não podia analisá-la porque as análises é uma prova de que as águas estão boas e a Câmara dizer que a água está boa perante a ERSAR não seria credível porque está a analisar em causa própria. -----

----- Agora para que é que é necessário estas matérias, tanto nas águas como nos tratamentos ocorrem fenómenos físicos, biológicos, químicos que, não quer dizer que não haja aí especialistas que consigam dominar todas as áreas, agora dominam é mal, o normal e os grandes sistemas têm isso, têm pessoas nas diversas áreas que se especializam nos diversos assuntos e que tratam desse setor. -----

----- Quanto aos prejuízos, a empresa sempre será fiscalizada pelos municípios que fazem parte da mesma, fiscalizando toda a atividade. -----

----- Em relação à tarifa social hoje há referenciais a nível do País e tal como hoje para haver um subsídio ou um financiamento tem que se recorrer, é evidente que funciona como todos os apoios sociais e nas nossas comunidades como são pequenas sabe-se e as pessoas estão referenciadas, as pessoas que têm carências. –

----- Em relação à avaliação dos equipamentos, em 2008 foi feito pelo Grupo Águas de Portugal umas coisas que se chamavam Planos Diretores Municipais em que se fez para todo o País o levantamento de todas as infraestruturas, é evidente que foi feito há oito anos. -----

----- O que é que se fez agora, pegou-se nesse levantamento que foi feito nessa altura, em que se fez a caracterização de todas as infraestruturas existentes e agora com os serviços do Município atualizou-se. Foi-se verificar se aquilo que existia estava atual ou não. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Vou apenas questioná-lo relativamente a algumas dúvidas com que fiquei da análise do dito estudo que era extenso, clara que não o li exaustivamente mas consegui lê-lo para ter uma ideia do que ali estava e aproveito para esclarecer o Senhor Nuno Ferreira de que o preço da água que vem lá previsto não é de cinco vezes mais é de pouco menos que o dobro atual, anda nessa ordem, está no estudo.



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 47**

----- Também tive oportunidade de ver que o investimento em Freixo que foi questionado aqui pelo Senhor Manuel Frade quanto é que era, anda na ordem dos dois milhões e qualquer coisa, distribuído entre a parte da água e do saneamento e dos esgotos é de oitocentos mil euros, está tudo no relatório, isso é num período de cinco anos e o preço será estável até dois mil e dezoito. -----

----- A minha questão tem a ver com uma pequena parte do documento onde é dito que a empresa irá tomar, perante as Águas do Norte, irá tomar a posição do Município, eu aqui pergunto o que é que isto significa, ou seja, ao tomar a posição do Município vão tomar também o passivo que atualmente o Município tem perante as Águas do Norte?”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Eng. Manuel Moras que referiu: “Aquilo que ficou decidido, essa questão do passivo, das dívidas isso é um problema que todos os Municípios têm em maior ou menor grau, atualmente há já muitos Municípios que fizeram acordos de pagamento ou pagaram, recorreram à banca. -----

----- O que quer dizer com, toma a posição contratual é que, as obrigações que as Câmaras têm hoje perante as Águas do Norte, ou seja, a fatura que hoje as Águas do Norte enviam aos Municípios terão que a enviar à futura empresa, o passivo e tudo aquilo que está para trás fica nos Municípios, foi assim que ficou acordado.”

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Ivo Quintas que referiu: “Esse ponto então está esclarecido, portanto, do que eu percebi, esta empresa será uma empresa intermunicipal, ou seja, a rede todas as infraestruturas passam para essa empresa mas, neste caso, contrariamente a um estudo que tivemos aqui há uns tempos atrás que era das Águas de Trás-os-Montes, contrariamente a esse estudo a infraestrutura apesar de indiretamente continua a ser do Município”. -----

----- Usou de seguida da palavra o Eng. Manuel Moras que referiu: “Neste caso sendo uma empresa intermunicipal os Municípios intervêm nas suas decisões, são os Municípios que definem aquilo que querem dentro do quadro regulatório que obriga a que seja sustentável, sejamos claros. -----

----- Essa é a grande diferença entre aquele modelo que foi proposto, que por acaso até tinha um preço bastante mais elevado em relação a este modelo, porque este modelo as infraestruturas são do Município, vão continuar do Município geridas por outra empresa, ou seja, mesmo que o património passe para lá o Município continua a ter tutela sobre elas”. -----



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 48

----- Solicitou de seguida a palavra o membro Senhor Miguel Gata que referiu: Depois de ouvir aqui esta discussão e os esclarecimentos todos, eu fiquei com a sensação de que ou pagamos ou pagamos, foi esta a sensação com que fiquei. -----  
----- Ou pagamos ficando de fora as coimas, as multas as manutenções e, vai ter a própria Câmara de tomar a decisão de aumentar ou entrega e vai aumentar”. -----

----- Seguidamente foi a proposta posta à votação tendo-se verificado o resultado seguinte: -----

----- Votos a favor – 7 dos membros Armando César Lopes Fresco, Acácio Manuel Pelicano Teixeira, António Manuel Morgado Tavares, Ivo André Quintas Palmeirão, Márcia Andreia Ferreira Saldanha Frade, Rui Miguel Roxo Portela e Manuel Augusto Frade. -----

----- Abstencões – 7 dos membros António Augusto Guerra Nunes dos Reis, Ana Isabel Chiote Lopes Vargas, Mário José dos Santos Galas, Miguel Ângelo Alves Gata, Ademar Bento, Carlos Alberto Pereira e Carlos Alberto Novais. -----

----- Votos Contra – 3 dos membros Raul de Jesus Rocha Ferreira, Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Ricardo Jorge Massano Madeira. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a proposta de constituição da Empresa Águas do Interior-Norte EM, SA. -----

**----- DOIS PONTO TREZE - PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA/CATEGORIA DE UM TÉCNICO SUPERIOR (LICENCIATURA EM ARQUITETURA) – AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO; -----**

----- Presente uma proposta de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de um técnico superior (licenciatura em arquitetura) e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

**Pág. 49**

----- Foi de seguida cedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Nós aqui estamos também a pedir autorização à Assembleia para se poder lançar o concurso para a categoria de técnico superior de arquitetura e o outro a seguir é para licenciatura em geografia que são aqueles dois lugares já criados no mapa de pessoal há muito tempo mas que nunca tinha sido possível abrir o concurso. Neste momento é possível abrir o concurso porque nós descemos as despesas na rubrica de pessoal em relação ao ano de dois mil e quinze e essa diferença dá-nos para podermos abrir o concurso, nós não podemos aumentar as despesas com o pessoal isso está vedado a quem tem PAEL, não podemos abrir contratos, como houve essa possibilidade e tem eu ser este ano aberto o concurso para poder contar em relação aos valores de dois mil e quinze”. -----

----- Não havendo intervenções a registar foi a proposta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO CATORZE - PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA/CATEGORIA DE UM TÉCNICO SUPERIOR (LICENCIATURA EM GEOGRAFIA E PLANEAMENTO) – AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO;**

----- Presente uma proposta de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de um técnico superior (licenciatura em geografia e planeamento) e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Não havendo intervenções a registar foi a proposta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**----- DOIS PONTO QUINZE – MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – APRECIÇÃO TÉCNICA DOS DOCUMENTOS**



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 06/2016  
Reunião de 16/12

Pág. 50

**PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017 – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO;**

----- Presente uma informação enviada pela DGAL sobre o assunto em título referenciado e que a aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. ---

**-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO-----**

----- Finda a ordem de trabalhos, foi, nos termos regimentais, aberto um período destinado à intervenção do público não havendo intervenções a registar. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:-** Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ante - 16 de 12*  
\_\_\_\_\_  
*Manuel Afonso Jorge*  
\_\_\_\_\_  
*Ante Isabel Chantão*  
\_\_\_\_\_